

**Aviso n.º 13 174/2007**

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 27 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a António Fernando Alberto, natural de Huambo, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 29 de Abril de 1970, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.º 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

2 de Julho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**Despacho (extracto) n.º 15 795/2007**

Por despacho de 28 de Junho de 2007 do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Adriano António Rodrigues Azevedo, inspector-adjunto principal de nível 2 da carreira de investigação e fiscalização, foi designado em comissão de serviço, pelo período de três anos renováveis, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2007, para o cargo de responsável pelos postos de fronteira marítimos do Porto de Leixões — PF202 e Póvoa do Varzim — PF 222, nos termos do n.º 2 do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Julho de 2007. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA****Direcção-Geral da Administração da Justiça****Rectificação n.º 1086/2007**

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 101, de 25 de Maio de 2007, o despacho (extracto) n.º 9590/2007, rectifica-se que onde se lê «Por despacho do subdirector-geral de 2 de Março de 2007» deve ler-se «Por despacho do subdirector-geral de 7 de Março de 2007».

12 de Junho de 2007. — A Directora de Serviços, *Helena de Almeida Esteves*.

**Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.****Aviso n.º 13 175/2007****Recrutamento de pessoal em regime de transferência**

1 — Faz-se público que o Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., pretende recrutar, em regime de transferência, ao abrigo do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, sete auxiliares administrativos para exercerem funções nos Serviços Centrais ou nos serviços de registo sedeados em Lisboa.

2 — Requisitos de admissão — ser funcionário público da administração central e não estar abrangido pelo n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 101/2003, de 23 de Maio.

3 — A remuneração mensal a auferir é a correspondente ao índice e escalão aplicáveis, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 57/2004, de 19 de Março.

4 — Prazo para apresentação de candidaturas — 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso.

5 — As candidaturas deverão ser formalizadas em requerimento datado e assinado, dirigido ao presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, para a Praça de Francisco Sá Carneiro, 13, apartado 9924, 1911-701 Lisboa, dele devendo constar os seguintes elementos: nome, nacionalidade, data de nascimento, habilitações literárias, data do ingresso na função pública, categoria detida e serviço a que pertence, número, data e serviço emissor do bilhete de identidade, residência, código postal e telefone de contacto.

6 — Os requerimentos deverão ser acompanhados do *curriculum vitae* detalhado.

7 — Funções a exercer — funções de natureza executiva simples, totalmente determinadas e exigindo conhecimentos de ordem prática susceptíveis de serem apreendidos no próprio local de trabalho, tais como acompanhamento de visitantes, recepção e distribuição de expediente e outras similares.

8 — Foi dado cumprimento ao n.º 2 do artigo 41.º da citada Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, verificando-se, em 8 de Maio de 2007, a inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial.

23 de Maio de 2007. — A Vice-Presidente, *Maria Celeste Ramos*.

**Aviso n.º 13 176/2007**

Foram anulados os concursos, abertos pelo aviso n.º 9040/2007 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 97, de 21 de Maio de 2007, para provimento dos lugares de escriturário da Conservatória do Registo Civil de Évora (dois lugares) e do Cartório Notarial do Protesto de Letras de Lisboa (dois lugares), por se terem alterado os pressupostos que haviam determinado a sua abertura.

18 de Junho de 2007. — A Vice-Presidente, *Maria Celeste Ramos*.

**Despacho (extracto) n.º 15 796/2007**

Por despachos do director-geral de 12 de Março de 2007:

Isidro Prata Ferreira, primeiro-ajudante na situação de licença sem vencimento, foi autorizado a regressar ao serviço, nos termos do n.º 4 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, para lugar do quadro paralelo, ficando afecto à Conservatória do Registo Civil de Santa Comba Dão, com efeitos a partir de 5 de Abril de 2007.

Eugénia Maria de Oliveira Tavares Chendo Taborda, segunda-ajudante na situação de licença sem vencimento, foi autorizada a regressar ao serviço, nos termos do n.º 4 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, para lugar do quadro paralelo, ficando afecto à 5.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, com efeitos a partir de 26 de Março de 2007.

Fernanda Maria Carapanta Viana Bexiga Patinha, escriturária superior na situação de licença sem vencimento, foi autorizada a regressar ao serviço, nos termos do n.º 4 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, para lugar do quadro paralelo, ficando integrada no quadro de pessoal da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Alcochete, com efeitos a partir de 2 de Maio de 2007.

Maria de Lurdes Bernardo dos Santos Marques, escriturária superior na situação de licença sem vencimento, foi autorizada a regressar ao serviço, nos termos do n.º 4 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, para lugar do quadro paralelo, ficando integrada no quadro de pessoal da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Alcochete, com efeitos a partir de 2 de Maio de 2007.

Paula Cristina Pereira, escriturária na situação de licença sem vencimento, foi autorizada a regressar ao serviço, nos termos do n.º 4 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, para lugar do quadro paralelo, ficando integrada no quadro de pessoal da Conservatória do Registo Predial de Santa Comba Dão, com efeitos a partir de 29 de Março de 2007.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

15 de Maio de 2007. — A Vice-Presidente, *Maria Celeste Ramos*.

**Despacho (extracto) n.º 15 797/2007**

Por despachos do director-geral de 22 de Março de 2007:

Margarida Maria Simões Pereira de Almeida, escriturária na situação de licença sem vencimento, foi autorizada a regressar ao serviço, nos termos do n.º 4 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, para lugar do quadro paralelo, ficando integrada no quadro de pessoal da 4.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, com efeitos a partir de 4 de Abril de 2007.

Paula Alexandra de Jesus Serrano Gonçalves, escriturária na situação de licença sem vencimento, foi autorizada a regressar ao serviço, nos termos do n.º 4 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, para lugar do quadro paralelo, ficando integrada no quadro de pessoal da Conservatória do Registo Predial de Loulé, com efeitos a partir de 18 de Abril de 2007.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

15 de Maio de 2007. — A Vice-Presidente, *Maria Celeste Ramos*.

**Despacho (extracto) n.º 15 798/2007**

Por despacho do director-geral 16 de Janeiro de 2007, Maria Fernanda Martins, ajudante principal na situação de licença sem vencimento foi autorizada a regressar ao serviço, nos termos do n.º 4 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, para lugar do quadro paralelo, ficando afecto à 5.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2007. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

15 de Maio de 2007. — A Vice-Presidente, *Maria Celeste Ramos*.